



Foto: Silvio Ávila - Editora Gazeta Santa Cruz

A cultura do fumo na Bahia: refletindo sobre a Convenção-Quadro

*José Mário Carvalhal de Oliveira**

O presente artigo tem como objetivo mostrar a importância sócio-econômica da fumicultura no Estado da Bahia e refletir sobre as conseqüências da ratificação do Brasil a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco, um instrumento legal, sob forma de tratado internacional, no qual os Estados signatários concordam em pôr em execução um conjunto de medidas com o objetivo de deter a expansão e consumo do tabaco no mundo. Inicialmente, este artigo visita o cenário da cultura do fumo na Bahia e, em seguida, discute algumas idéias a respeito da Convenção-Quadro e suas possíveis conseqüências para o Brasil e, em especial, para a região fumageira do Estado.

A produção baiana de fumo

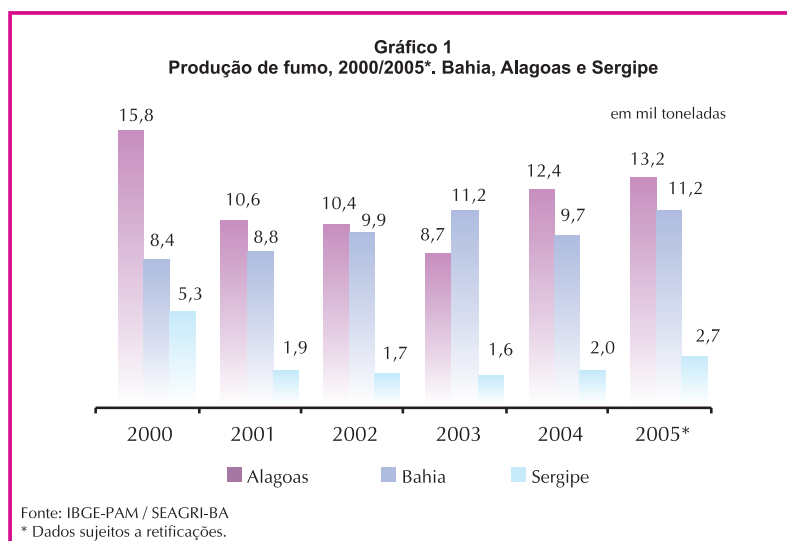
Segundo historiadores, o cultivo de fumo em folha foi introduzido na Bahia, no município de Cachoeira, em 1757. Esse cultivo veio em substituição ao fumo em corda que se expandiu para outros Estados do Nordeste. A Bahia coloca-se como quinto Estado produtor do país, participando, na safra 2005, com pouco mais de 1 % da produção nacional de fumo em folhas, incluídos os fumos Virgínia, Burley e Comum para fabricação de cigarros, o Oriental para a fabricação de fumos aromáticos e o Brasil-Bahia e

Sumatra, destinados à fabricação de charutos, capas para charutos e cigarrilhas.

Em termos de Nordeste, a Bahia participa com 41 % da produção de fumo em folhas, sendo o segundo Estado produtor, depois de Alagoas. O Gráfico 1 apresenta a produção de fumo em toneladas nos principais Estados produtores do Nordeste.

A Bahia tem um grande potencial agrícola para a produção de tabaco das variedades Brasil-Bahia, de coloração castanha, Sumatra, originário da Indonésia e utilizado na confecção de capas claras para charutos, e o Virgínia, recentemente introduzido na região denominada "Mata-Norte", pela Companhia Souza Cruz para produção de cigarros.

*Engenheiro Agrônomo, Pós-graduado em Economia Baiana pela Universidade Salvador – UNIFACS, Especialista em Políticas Públicas pela Universidade Cândido Mendes, Diretor de Política e Economia Agrícola da Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária – SEAGRI; e-mail: jcarvalhal@seagri.ba.gov.br



Quadro 1
Regiões produtoras de fumo. Bahia - 2004/2005

Regiões	Produção (em toneladas)			Part. %
	2004	2005*	Média	
Feira de Santana	1.241	1.241	1.241	11
Cruz das Almas	7.296	7.241	7.269	64,3
Alagoinhas	297	297	297	2,6
Outros	896	2.479	1.688	22
Total	9.730	11.258	10.494	100,0

Fonte: IBGE .
Elaboração: SEAGRI/BA
*Dados sujeitos a retificações.

O Estado possui 36 municípios produtores de fumo distribuídos em suas principais zonas de produção, compreendidas pelas regiões de Feira de Santana, Cruz das Almas e Alagoinhas, cada qual com distintas características de solo e clima, conferindo ao tabaco produzido diferentes propriedades organolépticas. O Quadro 1 mostra a participação percentual das principais regiões produtoras na produção de fumo no Estado.

A despeito das crises enfrentadas pela fumicultura, sobretudo nas décadas passadas, motivada principalmente pela falta de qualidade, o que resultou na retração do mercado externo e, conseqüentemente, na desmotivação, por parte do produtor, uma vez que a remuneração obtida pela safra produzida,

não cobria os custos de produção, agravando ainda mais a situação do setor fumageiro baiano. Diante deste quadro, o setor produtor/exportador investiu, ainda mais, em pesquisas com o fito de desenvolver e distribuir entre os fumicultores material geneticamente superior, contribuindo desta forma, para minimizar aquela situação e propiciar uma remuneração compensadora, mediante a obtenção de um produto de melhor qualidade.

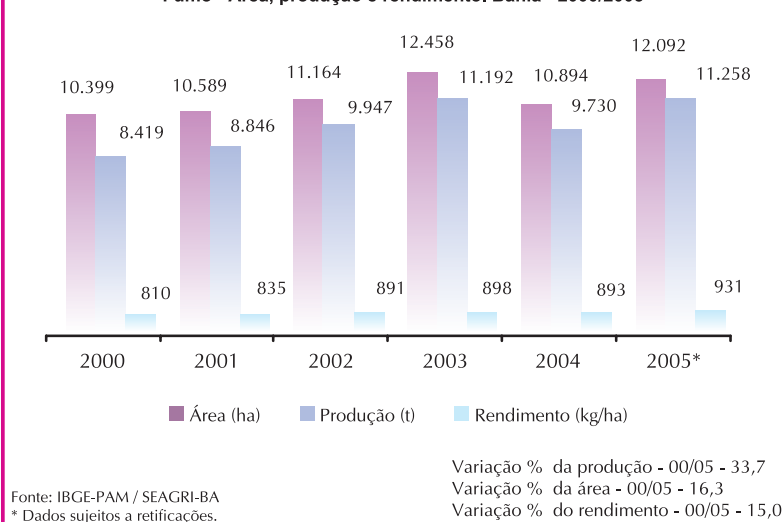
Em 2005, a safra baiana de fumo atingiu 11.258 toneladas, 15,7 % superior à safra do ano passado. A área plantada foi incrementada em 11 %, passando de 10.894 ha, em 2004, para 12.092 ha, em 2005. A produtividade média subiu 4,3 %, passando de 893 kg/ha para 931 kg/ha (Gráfico 2).

A força produtiva

Diferentemente dos principais produtos do agronegócio, o tabaco não é cultivado em grandes propriedades, se desenvolvendo melhor nos canteiros adubados de pequenas propriedades, cuja principal característica é integrar um sistema de produção baseado na sucessão de culturas, a partir da combinação: fumo, milho, feijão e mandioca.

Levantamento das propriedades de fumicultores no Estado da Bahia mostra que 74 % dos agricultores possuem área inferior a cinco hectares e 0,03 % com área superior a 500 ha, conforme pode ser observado no Gráfico 3. Dentro do

Gráfico 2
Fumo - Área, produção e rendimento. Bahia - 2000/2005*



sistema de produção, o fumo tem participado com aproximadamente 21 % da área cultivada, área média de 1,72 ha. A exploração é feita pelo proprietário diretamente, ainda encontrando-se arrendatários, posseiros e parceiros (meação e terça).

A mão-de-obra é de uso bastante intenso na fumicultura, sendo um dos itens de maior peso no custo de produção. Assim, essa atividade só encontra viabilidade dentro de um quadro de economia familiar.

Na Bahia, somente na produção primária, essa atividade ocupa a mão-de-obra de 15 mil lavradores, dos quais quatro mil no sistema integrado com as grandes firmas produtoras e exportadoras de fumo em folha e/ou charutos, três mil independentes e oito mil ocasionais, em função dos preços pagos na safra anterior. Na sua totalidade, o setor fumageiro baiano possui 103.900 pessoas vinculadas direta e indiretamente à atividade. O Quadro 2 demonstra a força produtiva desse setor.

Apesar das diversas crises econômicas brasileiras das últimas décadas, os produtores de fumo têm conseguido manter-se graças ao manejo racional da terra e da boa rentabilidade que a atividade oferece, mesmo em áreas pequenas. Por seu impacto social, a cultura do fumo é considerada hoje um fator de promoção humana e de manutenção do homem no campo. O Gráfico 4

mostra o comportamento dos preços do fumo nas últimas safras, na Bahia.

Exportações baianas de fumo

Embora utilize, em média, 0,3 % da área cultivada no Estado, estimada em quatro milhões de hectares, o fumo e seus derivados ocuparam, em 2004, o 9º lugar na pauta das exportações do agro-

negócio baiano, participando com 1 % do valor das exportações, atingindo US\$ 16.699 milhões, naquele ano (Gráfico 5).

A maior parte do fumo baiano é exportada em forma de folhas, apesar de existirem mais de sete indústrias tradicionais de charutos e cigarrilhas na mais importante região de produção do Estado, localizada no Recôncavo, e denominada "Mata-Fina". Outro fato importante é que as exportações baianas englobam produções do Estado de Alagoas, que têm, em Salvador, seu principal porto de exportação.

Os principais países de destino do fumo baiano, em 2004, foram os Países Baixos adquirindo 20 % do total exportado, seguidos da Indonésia (15 %), Alemanha (13 %), Bélgica (9 %), República Dominicana e Portugal (5 %), Suíça e Reino Unido (4 %), e EUA (2 %), o que totalizou US\$ 16,6 milhões (Gráfico 6).

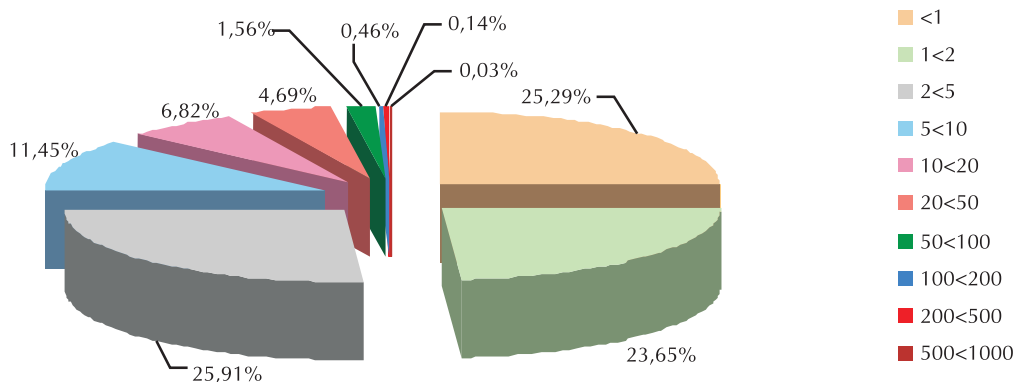
No que se refere às exportações de charutos e cigarrilhas, nos últimos cinco anos, houve um decréscimo de 18 % em volume, verificando-se um crescimento de 6,3 % em valor, mesmo com um câmbio desfavorável, demonstrando a qualidade do charuto baiano. A Bahia contribuiu, em 2004, com US\$ 335.531, ou seja, 74 % dos charutos e cigarrilhas exportados pelo Brasil, com perspectiva de superar em muito esse valor (Gráfico 7).

Quadro 2
Força produtiva do setor. Bahia - 2005

Produtores	Nº	%
Total (1+2)	15.000	100
1. Parados ou ocasionais	8.000	53
2. Sempre ativos	7.000	47
2.1 Independentes	2.500	-
2.2 Integrados	4.500	-
Pessoas vinculadas direta ou indiretamente ao setor	103.900	

Fonte: IBGE.
 Elaboração: SEAGRI/BA

Gráfico 3
Estratificação da Produção de Fumo em Folha, Bahia - 1996



Fonte: IBGE / Censo Agropecuário, 1996



Foto: Silvio Ávila - Editora Gazeta Santa Cruz

Convenção-Quadro

O tabagismo é considerado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) a principal causa de morte evitável em todo o mundo. A OMS estima que um terço da população mundial adulta, isto é, 1,2 bilhão de pessoas, entre as quais 200 milhões de mulheres, sejam fumantes. Pesquisas comprovam que apro-

ximadamente 47 % de toda a população masculina e 12 % da população feminina no mundo fumam. Enquanto nos países em desenvolvimento os fumantes constituem 48 % da população masculina e 7 % da população feminina, nos países desenvolvidos a participação das mulheres mais do que triplica: 42 % dos homens e 24 % das mulheres têm o comportamento de fumar. No Brasil os fumantes correspondem a 16,7 % da população, ou seja, 30,2 milhões. O Quadro 3 ilustra o consumo de cigarros e charutos no Brasil.

Em Genebra, o fumo foi escolhido para mostrar poder e autoridade em defesa da Saúde. No Brasil, o Ministério da saúde não só aderiu, mas declarou o “Brasil como modelo de referência na luta contra o fumo” no jornal Correio Brasiliense de 27 de outubro de 2000, sem preocupar-se com os que sobrevivem da lavoura.

Por mais de quatro anos, 192 países trabalharam no sentido de elaborar um documento de consenso, o qual foi adotado por unanimidade na 56ª Assembléia Mundial da Saúde, em 2003. O Brasil teve uma participação de destaque durante todo o processo de negociação do Tratado, sendo o segundo país a assinar o texto, denominado de **Convenção-Quadro para o controle do Tabaco**.

A Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco é um instrumento legal, sob forma de tratado internacional, no qual os Estados signatários concordam em pôr em execução um conjunto de medidas com o objetivo de deter a expansão e consumo do tabaco no mundo, através da adoção de providências relacionadas à propaganda e patrocínio, à política de impostos e preços, à rotulagem, ao comércio ilícito e ao tabagismo passivo, dentre outras medidas.

Este Tratado não substitui as ações nacionais e locais para o controle do tabaco de nenhum país. Ele as complementa e fortalece. Para entrar em vigor, esse Tratado precisa ser ratificado por, no mínimo, 40 países.

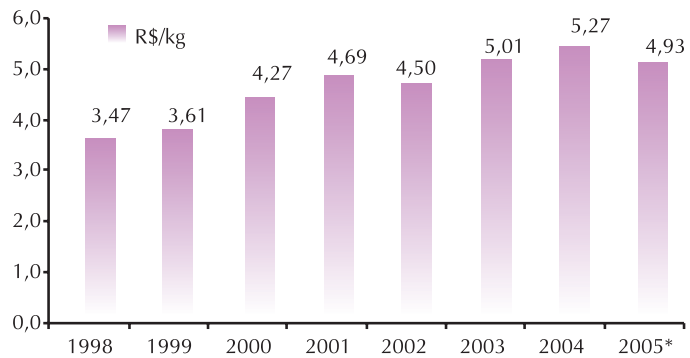
Paralelamente ao processo de assinatura e ratificação do texto da Convenção, acordos mais específicos – os Protocolos – poderão ser negociados para suplementar e apoiar o Tratado. Os protocolos representam obrigações específicas substantivas que definirão de forma mais detalhada as regras de implementação de objetivos gerais do texto da Convenção.

Dentre as obrigações e medidas contidas na Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco, pode-se citar: substituição da cultura do tabaco; elaboração e atualização de políticas de controle de tabaco, em conformidade com a Convenção e seus Protocolos; proteção das políticas nacionais contra os interesses da indústria do tabaco; aplicação de políticas tributárias e de preços com vistas a redução do consumo; desenvolvimento de programas de educação e conscientização sobre os malefícios causados pelo tabaco; proibição de publicidade, promoção e patrocínio; criação e implementação de programas de tratamento da dependência da nicotina; apresentação de relatórios sobre a implementação da Convenção.



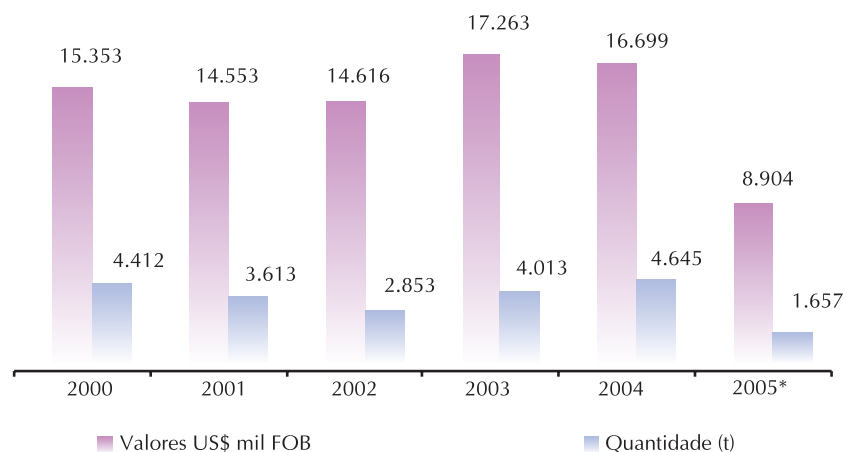
Foto: Silvio Ávila - Editora Gazeta Santa Cruz

Gráfico 4
Preço médio de fumo. Bahia - 1998/2005*

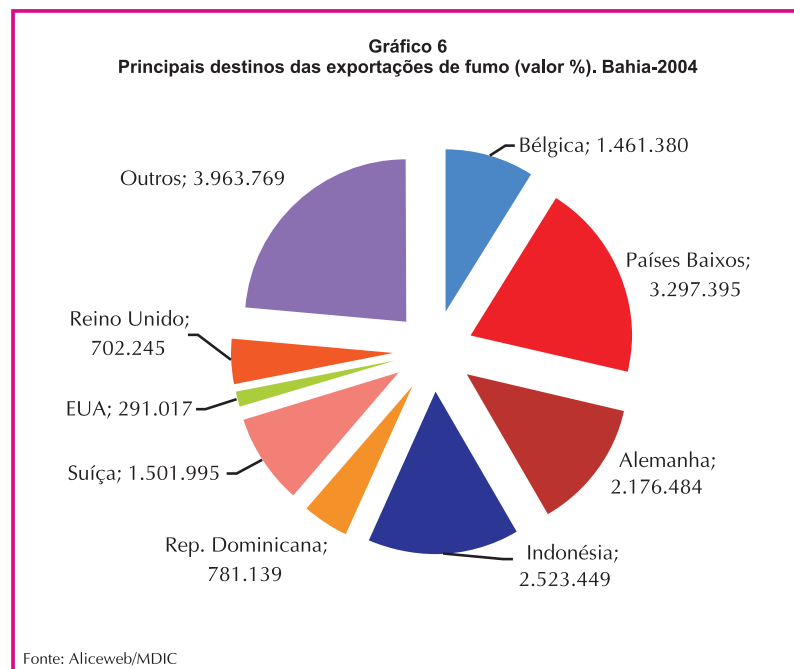


Fonte: IBGE
Elaboração: SEAGRI/BA
*Valores constantes até jul/2005 corrigidos pelo IPCA

Gráfico 5
Exportações de fumo e seus sucedâneos. Bahia - 2000/2005*



Fonte: Aliceweb/MDIC
*Valores jan/ago - 2005



Quadro 3
Consumo nacional de cigarros e charutos - Brasil - 2004

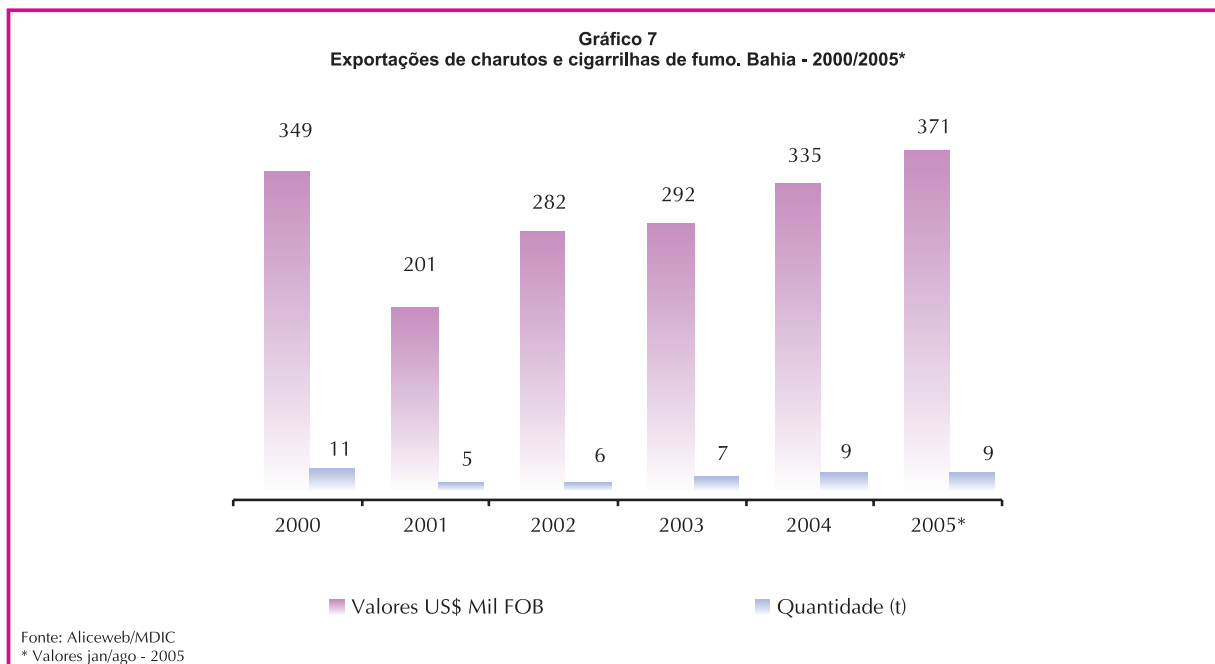
Discriminação	Cigarros	Charutos
Fumadores	30 milhões	20 mil
Unidades Consumidas / ano	107 bilhões	6 milhões

Fonte: Sindicato da Indústria de Fumo do Estado da Bahia

Considerações finais

Apesar das discussões acaloradas e da realização de Audiências Públicas, em Irati, no Paraná, Camaquã, no Rio Grande do Sul, Florianópolis, em Santa Catarina, e Cruz das Almas, na Bahia, que antecederam a ratificação do Brasil a Convenção-Quadro, que prega a redução da demanda e oferta de tabaco no mundo, o que na prática significa o fim da fumicultura brasileira e da secular atividade charuteira no Estado da Bahia, ficam as seguintes reflexões:

- Com a ratificação do Brasil ao Tratado Internacional, elaborado pela Organização Mundial de Saúde – OMS – Convenção-Quadro – o país está dando um “tiro no próprio pé”. O tabaco é um dos principais itens de exportação do *agribusiness* brasileiro, tendo contribuído, em 2004, com US\$ 1,4 bilhão, ou 4% das exportações do agronegócio, com perspectiva de exportar, em 2005, US\$ 1,6 bilhão.



- adicionalmente, a fumicultura brasileira faturou, em 2004, segundo dados da Receita Federal, R\$ 13,9 bilhões, dos quais R\$ 6,5 bilhões em tributos para o governo, R\$ 3,6 bilhões para o produtor, R\$ 2,9 bilhões para a indústria e R\$ 824 milhões para o setor varejista.

- cabe salientar que do total de tabaco produzido no país, em 2004, aproximadamente 870 mil toneladas, 65 % foram exportados, ou seja, 564 mil toneladas.

- diante do acordo firmado, o país se compromete a reduzir paulatinamente sua produção, gerando risco para pequenos produtores. Importante mencionar que no relatório apresentado no Senado consta apenas a *sinalização* por parte do Governo Federal em lançar, com recursos do PRONAF, um “Programa de Apoio à Diversificação Produtiva das Áreas Cultivadas com Fumo”.

- destacamos que na principal região produtora de fumo do Estado da Bahia estão implantadas duas instituições renomadas e mundialmente conhecidas: a EMBRAPA e a Escola de Agronomia – UFBA, as quais, mesmo com grande empenho, não encontraram culturas que possam substituir a lavoura do fumo, sem que haja grande redução na renda dos lavradores e no número de empregos.

- outra importante questão a ser observada é que, apesar dos avanços alcançados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, os recursos do PRONAF são insuficientes para atender a totalidade dos agricultores familiares, quiçá esse novo contingente.

- é necessário que o Governo Federal se comprometa a oferecer subsídios para quem optar pela reconversão da cultura. A rentabilidade da cultura do fumo é sobremaneira mais elevada que as lavouras exploradas, tradicionalmente, pelos agricultores familiares.

Fumar é um ato que envolve risco, portanto deve ser tratado e decidido por adultos. Um dos países onde se fuma mais – sobretudo entre homens – é o Japão, o qual, segundo a OMS, possui o menor nível de doenças cardíacas e respiratórias do mundo. Nos Estados Unidos, o número de fumantes vem decrescendo e paradoxalmente as doenças coronárias continuam crescendo. Apesar dos riscos envolvidos no ato de fumar, outros fatores devem ser considerados antes de afirmar que o fumo sozinho faz mal à saúde. Hoje, aproximadamente dois terços da população mundial não são fumantes.

Em recente reunião da Cúpula dos Setores de Saúde de diversos países desenvolvidos, entre eles os Estados Unidos da América, foi revelado que, estatisticamente, os efeitos maléficos do fumo figuram entre as suas menores prioridades, ou seja, o fumo se situa entre os cinco fatores de menor prioridade no contexto da saúde mundial.

Segundo a FAO, órgão das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura, “a pobreza e a desnutrição podem ser elencadas entre os maiores riscos de saúde para um enorme contingente de pessoas, notadamente nos países subdesenvolvidos, do que o fumo”.

Portanto, essa não é uma disputa entre a saúde e a economia. O que está em jogo é a sobrevivência de milhares de lavradores que no Brasil dependem diretamente da cultura fumageira. Na Bahia, essa atividade é responsável pelo sustento de mais de 15 mil famílias, sobretudo no Recôncavo do Estado.

Na década passada, o fechamento de duas empresas do setor, a Agrocomercial Fumageira, produtora e exportadora de fumo em folha, fundada em 1943, e sua irmã mais velha, a Suerdieck, criada entre 1892 e 1905, em Maragojipe, e posteriormente transferida para Cruz das Almas, em 1992, fez desaparecer o maior parque charuteiro da América do Sul, que, durante muitos anos, foi a base de um verdadeiro “Império Industrial”.

Com o fechamento da Suerdieck, Maragojipe virou a “Cidade dos Aposentados”. Não há emprego para os jovens. O município vive praticamente do Fundo de Participação dos Municípios e o povo sobrevive da mariscagem do mangue.

Com a Ratificação do Brasil a Convenção-Quadro, o país está abrindo mão da confortável situação de maior exportador de fumo para importador, pois os fumantes continuarão a viver no país. Estamos exportando os empregos gerados na lavoura, na indústria e no comércio. Deixaremos de arrecadar os impostos, tão necessários para movimentar a pesada máquina estatal. Enfim, estamos entregando a “galinha de ovos de ouro” para os concorrentes.

REFERÊNCIAS

- ANUÁRIO BRASILEIRO DO FUMO 2004. Santa Cruz do Sul: Gazeta, 2004. 160p.
- ASSOCIAÇÃO DOS FUMICULTORES DO BRASIL. *Fumicultura no Brasil*. Santa Cruz do Sul, 2005. 16p.
- BAHIA. Governo do Estado. Programa de Revitalização da Cultura do Fumo do Estado da Bahia. Salvador: Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária, 1999. 65p.
- FORMENTI, L. País hesita em ratificar tratado antifumo. *Estado de São Paulo*, São Paulo, 18/ set. 2005.
- MINISTÉRIO defende no Senado Convenção-Quadro sobre o Controle do Tabaco. Disponível em: www.consciencia.net. Acesso em 09 set. 2005.
- NARDI, Jean Baptiste. *O fumo brasileiro no período colonial: lavoura, comércio e administração*. São Paulo: Brasiliense, 1996. 432p. ISBN 851113117-5.
- OPINIÃO. Disponível em: www.usp.br. Acesso em 09 set. 2005.
- POR QUE aprovar a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco? Disponível em: www.inca.gov.br. Acesso em 09 set. 2005.
- STYCER, D.; MELO, L. Fumar é um risco. *Istoé*. São Paulo: Editora Três, n.1.612, ago. 2000.
- TABAGISMO. INCA. Disponível em: www.inca.gov.br. Acesso em 09 set. 2005.